



Comissão do Pacto Federativo lista 20 projetos para votação

Propostas que tratam de temas de interesse de estados e municípios já estão em análise no Senado e devem ser votadas no Plenário a partir de julho

Mudanças na repartição de tributos e fontes de recursos para saúde e segurança estão entre os temas tratados pelos projetos que foram relacionados. Segundo o senador Walter Pinheiro, que preside a comissão, as propostas dessa primeira lista não representam ônus para a União. A definição da pauta de votações em Plenário será feita em conjunto pelo colégio de líderes partidários e o presidente do Senado, Renan Calheiros. “O Congresso assumiu um compromisso com os governadores e prefeitos e vai honrá-lo”, disse Renan. Ele comandou dois grandes encontros entre parlamentares e chefes de executivos estaduais e municipais nos últimos 30 dias. **3**



Renan (2º à esq.) recebe a relação em reunião com os senadores Antonio Anastasia (E), Simone Tebet, Walter Pinheiro, Ana Amélia e Lúcia Vânia

Jonas Pereira/Agência Senado



Alunos de escola pública em Belo Horizonte: texto prevê federalização do ensino

Aprovada autorização para governo federalizar a educação básica

A Comissão de Educação aprovou o texto de Cristovam Buarque que autoriza o governo a federalizar os colégios estaduais e municipais. Para o relator, Randolfe

Rodrigues, isso acabará com a diferença de qualidade entre as escolas das várias regiões do país. Se não houver recurso, o projeto irá para a Câmara. **8**

Casa cria grupo de 27 senadores para conduzir reforma política

Começou a funcionar ontem a comissão de 27 senadores que se dedicará exclusivamente aos projetos da reforma política. O presidente do grupo é Jorge Viana e o relator é Romero Jucá. A comissão pretende concluir as votações até outubro, para que possam valer já nas eleições municipais de 2016. Os primeiros

projetos, porém, deverão estar aprovados antes do recesso parlamentar de julho. Entre os temas sobre os quais os senadores se debruçarão, estão o financiamento das campanhas eleitorais, a quantidade de partidos e as coligações. A comissão também analisará os projetos que vierem da Câmara. **5**

CPI decide convocar diretores do HSBC para que expliquem contas suspeitas **7**

Avança proposta que reduz imposto dos serviços de turismo rural **4**

Vai a Plenário texto que prevê incentivo para indústrias de semicondutores **6**

Jovem Senador

O projeto **Jovem Senador** traz 27 estudantes de todo o Brasil para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.

senadogovbr/jovemsenador

conseed Ministério da Educação BRASIL PATRIÁ, EDUCADORA Jovem Senador SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

Renan propõe órgão para acompanhar política fiscal

Presidente do Senado disse que apresentará proposta que cria a Autoridade Fiscal Independente para acompanhar as ações do governo. "Papel do Congresso é apresentar saída, não comentar crise", afirmou

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, decidiu apresentar uma proposta de emenda constitucional para criar a Autoridade Fiscal Independente, órgão do Legislativo para acompanhar a política fiscal do Poder Executivo.

— Uma pessoa com mandato, para fazer uma fiscalização permanente durante a execução da política fiscal. Para não acontecer essas coisas com que estamos tendo que conviver, pedalada... O papel do Legislativo é fiscalizar e é dentro desse espírito que vamos fazer a proposta — explicou Renan.

Segundo Renan, a autoridade fiscal independente não terá o papel de julgar, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo ele, é preciso buscar caminhos para garantir qualidade ao gasto público.

— O pior exercício é você ficar como presidente do Congresso comentando a crise. Todos os



Renan explica a jornalistas necessidade da Autoridade Fiscal Independente

dias acontecem casos novos e ficar comentando, como comentarista do abismo, não resolve. É preciso apresentar alternativas, saídas, soluções.

Renan também falou sobre o PL 863/2015, que reduz os benefícios da desoneração da folha de pagamento, em tramitação na Câmara. O projeto

substituiu a MP 669/2015, devolvida ao Executivo em março, por, na avaliação de Renan, não cumprir o requisito de urgência constitucional.

— Tão logo a Câmara vote essa proposta da desoneração, iremos prontamente concluir [a votação] aqui no Senado — disse.

Novos critérios para nomear espaços no Senado

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto de resolução do Senado (PRS 31/2013) que institui dois critérios para a denominação de espaços do Senado. O primeiro deles proíbe atribuir "nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava" a bem da União ou da administração indireta.

O segundo determina que a denominação de espaços da Casa homenageie acontecimentos históricos registrados há, no mínimo, cinco anos.

A proposta recebeu parecer favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR), e segue para exame da Comissão Diretora. O parecer foi lido pelo relator ad hoc Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Ângela classificou a proposta como "pertinente, oportuna, justa e meritória".

"Tais dispositivos denotam a preocupação da iniciativa em estabelecer regras que assegurem que a denominação dos espaços e edificações do Senado seja feita de modo criterioso e justo, obedecendo às exigências legais e éticas de nossa sociedade", diz o parecer.



Para Medeiros (4º à dir.), um dos organizadores do evento em Cuiabá, discussão sobre a cota feminina deve prosseguir

Mais Mulheres na Política chega a Mato Grosso

José Medeiros (PPS-MT) defendeu a adoção de mecanismos que garantam a ocupação de vagas pelas mulheres no Legislativo. A proposta foi apresentada segunda-feira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, durante lançamento da campanha Mais Mulheres na Política, coordenada em nível nacional pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado e pela Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados.

Para o senador, o tema pre-

cisa ser discutido, uma vez que não basta o partido reservar 30% das vagas para mulheres se candidatarem, conforme a legislação atual. A situação, lembra a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), Maria Helena Póvoas, causou um efeito colateral não previsto.

— Os partidos cumprem a legislação de ter candidaturas femininas, mas largam a mulher no meio do caminho. É preciso fazer a prestação de contas da candidata e de-

pois, se não faz, essa mulher não pode assumir um cargo em concurso público nem se candidatar novamente — explicou.

No evento, foi distribuída uma cópia de projeto do deputado estadual Gilmar Fabris (PSD) que assegura na constituição da Mesa e das comissões da assembleia, tanto quanto possível, além da representação proporcional dos partidos ou dos blocos na Casa, também a representação proporcional de cada sexo.

Comissão Mista de Orçamento e Colégio de Líderes cancelam reunião

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) de ontem foi suspensa pela presidente do colegiado,

senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). A próxima reunião ainda será marcada. (Da Agência Câmara)

Flexa defende redução da maioria penal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou a atenção para as propostas do PSDB para acabar com a impunidade de menores infratores, entre elas, a redução da maioria penal para 16 anos nos casos de crimes hediondos, lesão corporal grave e roubo qualificado. — Endurecer as regras para punir jovens não exige o poder público de criar condições para que cada vez menos brasileiros trafeguem pela estrada do crime. Por exemplo, com as creches tantas vezes prometidas e nunca construídas, com lazer, com saúde. Ninguém nasce bandido, torna-se bandido por falta de oportunidades.



Moka apoia nova empresa de peixes em MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que Mato Grosso do Sul foi escolhido para sediar a Tilabras, que vai produzir tilápias em cativeiro.

O senador informou que uma empresa brasileira e uma americana se juntaram para criar a Tilabras, com apoio do governo federal.

O complexo, que está sendo construído em Selvíria (MS), vai gerar 1.850 empregos diretos e 3 mil indiretos na região.

— Esse projeto é de valor inestimável para Mato Grosso do Sul e o país, com emprego, desenvolvimento e riqueza — afirmou Moka.



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na pág. 5 de ontem, o partido do senador Vicentinho Alves, do Tocantins, é o PR.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRESIDÊNCIA Ministros e ordem do dia

10h Renan Calheiros recebe o ministro da Educação; às 11h, Flexa Ribeiro e o embaixador da China; às 15h30, o ministro do Planejamento; às 16h, preside a ordem do dia; às 17h, visita o presidente do STF; às 19h, vai à missa de sétimo dia do ex-deputado Paes de Andrade.

CI Sabatina

8h30 A comissão sabatina Marcelo Vinhaud Prado para cargo na diretoria da ANTT.

CAS Instrumentador cirúrgico

9h A comissão examina o PLC 75/2014, que regula a profissão de instrumentador cirúrgico, e mais nove itens.

CDR Crédito imobiliário

9h A comissão examina o PLS 347/2014, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

CMA Serviços ambientais

9h30 A comissão faz audiência sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

CCJ Exercício da advocacia

10h A comissão sabatina indicados para o CNJ. Depois, analisa PEC que veda aos advogados públicos o exercício da advocacia privada.

CDH Violência por orientação sexual

14h A comissão realiza audiência sobre violência sofrida por orientação sexual.

PLENÁRIO Atualização da tabela do IR

14h Pauta trancada pela MP 670/2015.

COMISSÃO DAS ESTATAIS Audiência

14h30 A comissão sobre a Lei de Responsabilidade das Estatais faz audiência com TCU e Comissão de Valores Mobiliários.

MP 671/2015 Relatório

17h A comissão que avalia a modernização do futebol aprecia relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Levantamento com propostas em análise no Senado foi organizado por comissão especial que se reuniu ontem com Renan. Textos devem começar a ser votados em julho

Pacto federativo já tem 20 projetos para votação



A COMISSÃO ESPECIAL do Pacto Federativo entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma lista com 20 propostas que já podem ser votadas em Plenário. Entre os temas, estão mudanças na repartição de tributos, modernização de legislação e fontes de recursos para saúde e segurança.

O presidente da comissão, senador Walter Pinheiro (PT-BA), disse que os assuntos tratados nos projetos interessam aos estados e municípios e não trazem ônus para a União.

— Vamos buscar uma solução fiscal, econômica e de desenvolvimento, resolvendo de uma vez por todas o pacto federativo. Não vamos atravessar 2015 sem entregar esta pauta — prometeu.

Renan disse entender que o Congresso tem a responsabilidade de lidar com a questão. O presidente do Senado comandou reuniões de parlamentares com governadores, no final de maio, e com prefeitos, na semana passada.

— O Congresso assumiu um compromisso com os

governadores e prefeitos e vai honrá-lo — assegurou.

Pinheiro explicou que foram criados três grupos temáticos na comissão: organização administrativa e serviços públicos, finanças estaduais e finanças municipais. Segundo ele, o levantamento de projetos desses três temas foi feito “em tempo recorde”.

— A ideia é liberar esses projetos para que o presidente

Renan possa pautá-los — contou Pinheiro.

A comissão deve levar pelo menos mais duas listas de projetos para avaliação de Renan, com temas que afetam o Orçamento da União e precisam de análise mais longa.

O grupo deve concluir os trabalhos em setembro. Segundo Pinheiro, questões como ICMS, unificação de alíquotas e criação dos fundos

de compensação e de desenvolvimento regional estarão no relatório final.

As primeiras propostas devem entrar na pauta do Plenário a partir de 1º de julho. A inclusão será decidida por Renan com o colégio de líderes. De acordo com Ana Amélia (PP-RS), integrante da comissão, deve ser criado um calendário de votação dos textos entre julho e setembro.

As propostas receberão relatores de Plenário para que sejam votadas diretamente pela totalidade dos senadores. Pinheiro sugeriu que esses relatores sejam escolhidos entre os próprios membros da comissão.

Ele informou que será feito entendimento com a Câmara para tramitação rápida dos projetos que forem aprovados no Senado.



Pinheiro, presidente da comissão, e Simone Tebet, na apresentação dos textos

Comissão aprova proposta defendida por governadores

Foi aprovado ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um dos projetos defendidos pelos governadores que se reuniram em maio com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, para discutir o pacto federativo.

O PLS 95/2015, de José Serra (PSDB-SP), institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb). O Reisb permite que as empresas reinvestam em saneamento a quantia que recolhem de PIS-Pasep e Cofins. Esse montante é estimado por Serra em R\$ 3 bilhões ao ano. Para o autor, o regime estimula as companhias a aumentar investimentos no setor.

Como foi aprovado em votação final pela CAE, o projeto poderá seguir para a Câmara, se não houver recurso para análise pelo Plenário.

Relator da proposta na CAE, Blairo Maggi (PR-MT) afirma que o modelo proposto, de aprovação de projetos pelo Ministério das Cidades, assegurará que os créditos constituídos em benefício das empresas de saneamento sejam direcionados para a universalização do atendimento e para a ampliação dos investimentos.

Pelo texto de Serra, podem

ser aprovados projetos que representem adicional sobre o valor médio investido de 2010 a 2014 e que estejam de acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Regularização urbanística e fundiária; limpeza, despoluição e canalização de córregos; preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação; esgotamento sanitário em áreas de baixa renda; e redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água são exemplos de ações em conformidade com o plano.

O projeto determina que o Reisb pode ser acumulado com o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), desde que a companhia esteja regular na Receita Federal.

Segundo Serra, o Brasil apresenta grave carência de saneamento, com investimentos insuficientes para alcançar a meta de universalização estabelecida para 2033, constante do Plansab. Além disso, o setor foi prejudicado pela mudança no sistema de cálculo do PIS-Pasep e da Cofins ocorrida entre 2002 e 2003, que passou de um regime cumulativo para não cumulativo. A mudança foi acompanhada de aumento das alíquotas, como forma de preservar a arrecadação.

Na discussão do projeto, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) citou estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo o qual para cada R\$ 1 investido em saneamento o governo economiza R\$ 4 em atendimento hospitalar.



Relator do projeto aprovado, Blairo (C) conversa com Delcídio e Raimundo

Pauta prioritária

PROPOSTAS PRONTAS PARA ANÁLISE*

- **PLS 277/2014** Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para determinar a revisão periódica da base de cálculo do IPTU, a cada quatro anos, no máximo.
- **PLS 196/2014** Limita as exigências de regularidade aos próprios consórcios públicos, quando da celebração de convênios com a União, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem (estados ou municípios).
- **PLS 302/2015** Prevê que os consórcios públicos poderão admitir pessoal com regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- **PLS 303/2015** Estabelece que a celebração de convênio para a transferência de recursos da União está condicionada a que cada um dos entes consorciados atenda as exigências legais aplicáveis apenas na regularidade do consórcio ao Cadastro Único de Convênio.
- **PEC 78/2013** Estende até 2028 o prazo para que recursos públicos em irrigação sejam prioritariamente investidos em projetos nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste.
- **PDS 85/2015** Sustenta item de normativo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que repassa aos municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.
- **PEC 61/2015** Permite a apresentação de emendas ao Orçamento diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- **PEC 72/2015** Muda as regras da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) nas operações de arrendamento mercantil (leasing), cartões bancários e planos de saúde. Propõe a repartição do tributo de forma que os recursos sejam direcionados aos entes federativos onde os serviços são de fato demandados, adquiridos e usufruídos.
- **PLS 425/2014** Prorroga até 2016 o prazo previsto na Lei 12.305/2010, que venceu em 2014, para que os municípios acabem com os lixões.
- **PLS 168/2014** Atribui aos municípios e ao Distrito Federal a competência para instituir e cobrar o ISS, desde que os serviços estejam previstos em lei complementar e não sejam de competência dos Estados e do Distrito Federal.
- **PLS 414/2012** Propõe a divisão da arrecadação do ISS nos serviços relacionados a cartões de crédito e débito.
- **PLS 501/2013** Prevê o recolhimento do ISS nos serviços de monitoramento e rastreamento de veículos.
- **PLS 348/2015** Obriga a divulgação periódica de metas, resultados e demais informações aptas a demonstrar a eficiência dos serviços públicos oferecidos pelos prestadores de serviço público.
- **PEC 73/2015** Permite às entidades de representação de municípios, de âmbito nacional, propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC).
- **PLS 189/2014** Estabelece a utilização de critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no rateio dos recursos da União destinados à área de saúde de estados e municípios.
- **PLS 254/2015** Inclui despesas com promoção e recuperação da saúde, feitas por hospitais universitários federais, com recursos alocados por emendas individuais ao projeto de lei orçamentária entre os recursos mínimos a serem aplicados pela União em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional 86/2015.
- **PEC 33/2014** Inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- **PLS 479/2012** Estabelece medidas de prevenção e punição ao tráfico internacional de pessoas e de assistência às vítimas.
- **PLS 554/2011** Determina que presos em flagrante devem ser conduzidos à presença de juiz em até 24 horas.
- **PLS 89/2015** Cria mecanismos de proteção a vítimas e testemunhas consideradas vulneráveis.

PECS QUE AINDA SERÃO APRESENTADAS

- **Ampliação para 50%** do valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual.
- **Flexibilização da** estrutura organizacional de municípios pequenos.
- **Proibição da** contratação de servidores públicos para executar programas federais e estaduais.
- **Proibição da** criação de despesas municipais sem indicação de fonte de receita.

* sem ônus para o governo federal

Projeto aprovado ontem em comissão estabelece para a atividade uma alíquota máxima de ISS de 3%. Hoje o imposto, que é cobrado pelos municípios, pode chegar a 5%

Incentivo a turismo rural segue para o Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que limita a 3% a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre o turismo rural. Aprovado também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto seguirá para deliberação do Plenário.

O projeto (PLS 65/2012), de autoria do então senador Lauro Antonio, altera a Lei Complementar 116/2003 para mudar a alíquota máxima do ISS incidente nos serviços prestados no turismo rural e para definir esses serviços.

O texto acrescenta à lista de serviços que pagam o ISS a atividade de “agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas relativos ao turismo rural, inclusive o fornecimento

de alimentação, hospedagem, passeios e outros serviços, desde que prestados no meio rural”.

O ISS é previsto na Constituição como imposto da competência dos municípios e não incidente nos serviços tributados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), da alçada estadual. Cabe, portanto, à lei complementar, em relação ao ISS, fixar as alíquotas máximas e mínimas sobre esses serviços.

Tema sensível

Indicado para relatar o projeto, o senador Wilder Moraes (DEM-GO) diz que a lei em vigor passou ao largo de temas sensíveis como o turismo rural, fixando apenas a alíquota máxima de 5% para todos os casos. E essa regra, diz ele, constrói um intervalo entre



Relator da proposta, Wilder Moraes (E) defende aprovação na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos

2% e 5% que os municípios hoje têm de respeitar para, em suas legislações, estabelecer a alíquota do ISS.

“No caso do turismo rural, a possibilidade de incidência de 5% é especialmente danosa ao desenvolvimento do setor. A li-

mitação em 3% não só significa um alívio na carga tributária suportada pelos respectivos prestadores de serviço como também contribui para que as alíquotas em geral praticadas no país se assemelhem e convirjam para patamares

baixos”, diz Wilder no relatório apresentado à comissão.

Ao manifestar-se favorável ao projeto, o senador diz que a iniciativa busca interiorizar o turismo brasileiro, de modo que traga ganhos e gere renda e empregos nas regiões.

Comissão aprova regras para melhorar qualidade de princípio ativo de remédio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de Walter Pinheiro (PT-BA) que reforça o controle de qualidade sobre os princípios ativos farmacêuticos, substâncias responsáveis pela ação do medicamento. O PLS 172/2012 teve parecer favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e vai a votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto, explicou a relatora, acrescenta à lei que normatiza o controle de medicamentos procedimentos hoje regulamentados por resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A intenção é oferecer maior segurança jurídica às empresas do setor e melhorar a proteção à saúde.

A proposta altera ainda a lei que prevê o controle sanitário sobre a venda de medicamentos para inserir no texto a definição de “insumo farmacêutico ativo”. O princípio ativo é definido como a substância que atua como ingrediente

ativo, podendo exercer atividade farmacológica ou outro efeito direto no diagnóstico, na cura, no tratamento ou na prevenção de doença.

Boas práticas

Outra inovação do projeto, destacou Vanessa, é permitir a liberação de Certificado de Boas Práticas de Fabricação por entidades especificamente habilitadas para esse fim. Segundo Pinheiro, a tarefa cabe hoje apenas à Anvisa, que também cadastra princípios ativos.

“A normatização legal poderá de fato contribuir para a melhoria do padrão de qualidade da indústria farmacêutica e garantir a segurança do uso de medicamentos”, considera Vanessa no relatório.

Ao justificar o texto, Pinheiro citou dados que revelam a ampliação da importação de insumos farmacêuticos de US\$ 1,5 bilhão, em 2005, para US\$ 2,6 bilhões em 2012. Índia, China e Coreia estão entre os principais fornecedores.

Projeto estrutura produção de biocombustível

O Brasil poderá ter uma política nacional de produção de biocombustíveis por microusinas, unidades com capacidade de produção de até 5 mil litros de álcool operadas por agricultores familiares. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De Acir Gurgacz (PDT-RO), o PLS 252/2011 já foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) e, na CAE, recebeu

relatório favorável de Lúcia Vânia (sem partido-GO).

Na CI, foi aprovado substitutivo que reformula a abordagem normativa do projeto, prevendo a criação de política nacional específica (o texto original estabelecia a criação de programa de microusinas). Também proíbe a venda direta a postos de revenda de livre acesso e introduz dispositivos para garantir a sustentabilidade social e ambiental, estimular a pesquisa relacionada à

produção das microusinas e incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva de equipamentos para o setor.

Conforme emenda de Lúcia Vânia na CAE, os biocombustíveis vendidos pelas microusinas devem atender as especificações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

O texto ainda será examinado pela Comissão de Agricultura, em decisão terminativa.

Deficiente pode ter isenção para adaptar carro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou ontem projeto que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra de acessórios e adaptações especiais para veículo de pessoa com deficiência (PLS 257/2013). A medida deverá abranger também a Cofins e o Pis-Pasep.

Pela proposta, ficam isentos dos tributos elevadores do

tipo *lift*, plataformas de elevação para cadeira de rodas, rampas para cadeira de rodas, guinchos para transporte de cadeira de roda, bancos móveis e outros equipamentos para adaptação de motoristas impossibilitados de dirigir veículo convencional.

Autor do projeto, o então senador Casildo Maldaner argumentou que a alta carga tributária sobre as adaptações

veiculares limita o acesso a essas tecnologias.

Em relatório favorável, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou substitutivo para adaptar a proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal. Aprovado em decisão final, o projeto deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para ir ao Plenário. Como foi acolhido substitutivo integral, haverá turno suplementar de votação.

Dispensa de selo de transgênico em rótulo será tema de debate

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem audiência pública para debater o PLC 34/2015, que acaba com a exigência do símbolo de transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados (OGMs).

A proposta do debate partiu de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que destaca o fato de o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ter se mostrado contra a proposição.

— Na avaliação do Idec, o projeto contraria o direito básico do consumidor à adequada informação sobre

produtos lançados no mercado, além de desrespeitar a vontade dos cidadãos de saber se um alimento contém ou não ingrediente transgênico — disse Randolfe.

A proposta é do deputado Carlos Heinze (PP-RS) e foi aprovada pela Câmara no fim de abril.

Etanol e educação

A comissão também aprovou, a pedido de Ângela Portela (PT-RR), um debate sobre o Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia, que produz o combustível a partir de fontes

alternativas, como a batata-doce.

Ela alega que, por motivos ambientais, a Amazônia Legal ficou de fora do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar lançado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2009. Por isso, a produção de etanol a partir de cana sofre diversas restrições.

“O programa tem potencial para beneficiar cerca de 20 milhões de pessoas que vivem da Região Norte. Além disso, a batata-doce representa uma importante alternativa de produção para pequenos e médios produtores

rurais”, afirma a senadora no requerimento.

Do presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), foram aprovados dois requerimentos para audiências. Um deles, para discutir o ensino de ciências na educação de base. O outro, para tratar dos principais obstáculos ao desenvolvimento da tecnologia da informação no Brasil.

— Ou se começa a ensinar ciência desde cedo ou dificilmente teremos gênios. É como música e futebol. Esse é um dos pontos mais frágeis da educação brasileira — justificou Cristovam.



Jorge Viana, presidente da comissão, e Romero Jucá, relator: intenção dos senadores é "ampliar o texto da Câmara", que já começou a votar propostas da reforma

Senado cria comissão para estudar e votar projetos da reforma política

Grupo, presidido por Viana e relatado por Jucá, foi instalado ontem e espera concluir primeiras votações antes do recesso de julho

O SENADO INSTALOU ontem uma comissão de 27 senadores que vai conduzir as discussões sobre a reforma política. O encontro para definir as ações do grupo reuniu a maioria dos líderes na Casa. Segundo o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), todos os integrantes sabem da responsabilidade de dar uma satisfação à opinião pública, que cobra mudanças na política desde 2013, quando houve protestos nas ruas.

— O desafio é grande. Não podemos nos dispersar. Temos que trabalhar com alguns temas, nos quais seja possível consenso e que tenham substância do ponto de vista da organização partidária e na redução do custo das campanhas eleitorais — disse Viana.

Definida essa linha de trabalho, o relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que a proposta a ser aprovada pelo Senado estará focada em "verdadeiras transformações nas regras do sistema político" e em mais transparência. Jucá afirmou

que vai trabalhar em consonância com a Câmara, que já começou a votar a reforma.

— A intenção é ampliar o texto da Câmara. Vamos votar algumas matérias já aprovadas lá, mas inovar em outras, inclusive diminuindo os custos das campanhas. Não adianta só discutir financiamento de campanha e não debater o tamanho das campanhas — afirmou Jucá.

Além dos gastos com as campanhas, um dos pontos importantes da reforma política a ser analisada pelos senadores são as coligações partidárias. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), manifestou a intenção de acabar com a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais (para a escolha de vereadores, deputados estaduais e deputados federais):

— É fundamental acharmos uma alternativa para pôr fim a essa ferramenta, que causa o proliferação de partidos e transforma as campanhas eleitorais em verdadeiros balcões de negócio.

A mesma opinião tem o líder

do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB). Para o senador, o sistema político brasileiro não pode continuar convivendo com um número crescente de partidos:

— Hoje temos 28 partidos na Câmara. Se não houver mudanças, na próxima legislatura vamos para 35, depois para 40. Para o bem do país, é preciso reduzir o número de partidos.

Fim das coligações

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), também considera relevante o fim das coligações nas eleições proporcionais. Ele advertiu, no entanto, que os senadores não podem perder o foco para dar uma "rearrumada" no quadro partidário:

— Nós não podemos conviver com 28 agremiações, mas vamos cuidar disso com muita cautela e conversando com a Câmara para não dar "xabu".

A primeira reunião de trabalho da comissão de senadores que vai propor a reforma política está marcada para terça-feira. Jorge Viana explicou que nesse encontro Jucá

vai apresentar um plano de ação para que uma série de propostas seja aprovada até 17 de julho:

— Nossa intenção é que a comissão funcione até outubro. Até lá poderemos votar propostas que possam valer para as eleições municipais do ano que vem.

Ao mesmo tempo em que há a urgência de aprovar normas já para 2016, a comissão, segundo Jucá, terá um prazo mais extenso para analisar com mais profundidade e calma as regras que valerão para 2018. Daqui a três anos, o Brasil voltará às urnas para escolher presidente, deputados federais e estaduais e senadores.

— Nós temos aí muitas matérias que podem ser aperfeiçoadas e isso pode ser feito em discussão e em consonância com a Câmara. É uma missão do Congresso. A população cobra da classe política uma resposta e temos que ter a maturidade, a competência e a responsabilidade de entregar essa reforma e essa resposta à sociedade — afirmou Jucá.

Ana Amélia propõe impressão do voto e pede fim da reeleição

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a reforma política e disse estar convicta de que o país deve adotar o voto facultativo. Ela afirmou que isso vai testar a responsabilidade do cidadão, que não terá autoridade para cobrar dos eleitos uma atitude ética se não tiver votado.

Sobre a reeleição, a senadora disse que, após o insucesso de vários governos reeleitos, o brasileiro já percebeu que

a reeleição não serve para o Brasil. Ela ressaltou que, segundo pesquisas, 66% dos brasileiros querem o fim da reeleição.

Ana Amélia também defendeu a impressão do voto e lembrou que tem projeto com esse objetivo.

— Não podemos achar que a urna eletrônica brasileira, eficientíssima, seja infalível e inviolável.

Para Viana, é urgente preencher lacunas da legislação eleitoral

Presidente da comissão que vai analisar a reforma política, Jorge Viana (PT-AC) reconheceu que mudar a legislação eleitoral não é uma tarefa fácil.

Ele lembrou que em 2013 milhões de brasileiros foram às ruas protestar contra os políticos e o governo e lamentou que até hoje o Congresso não tenha dado uma resposta efetiva às manifestações.

— Por que nós não fazemos

aquilo que é a essência, que é melhorar e aperfeiçoar o sistema político brasileiro? Temos que resgatar o trabalho feito, votado e encaminhado para a Câmara e ver que pontos nós podemos apreciar para que o processo eleitoral brasileiro tenha maior segurança jurídica, que o Judiciário não tenha que legislar por causa das lacunas que deixamos na legislação.

Nova delegação visita amanhã a Venezuela

Está prevista para amanhã a visita de uma nova comissão à Venezuela. Na semana passada, senadores de oposição foram tratados com hostilidade e não conseguiram cumprir o objetivo de visitar políticos presos. A nova comitiva reúne Lindbergh Farias (PT-RJ), Roberto Requião (PMDB-PR), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Já pedimos avião da FAB e exigimos um tratamento civilizado — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Aécio defende viagem da comitiva que foi hostilizada

Na tribuna, Aécio Neves (PSDB-MG) voltou a defender visita de comitiva de senadores



à Venezuela na semana passada. Ele disse que a missão teve caráter humanitário em solidariedade aos presos políticos opositores do governo venezuelano e ressaltou a manifestação do presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que articula comitiva internacional de advogados para ir a Caracas avaliar as prisões. Aécio saudou ainda a definição da data das eleições parlamentares na Venezuela: 6 de dezembro.

Segundo Caiado, governo brasileiro deve ter coerência

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), a visita de quinta-feira tinha como missão cumprir um papel que é do Congresso: fiscalizar o cumprimento da cláusula democrática no Mercosul.



Por isso, disse Caiado, não procedem as críticas de outros senadores. Ele lembrou que, há alguns anos, o governo brasileiro alegou o descumprimento da cláusula democrática para apoiar a exclusão do Paraguai. Agora Caiado cobra coerência no caso da Venezuela, um país que, segundo ele, não aceita dissidências políticas.

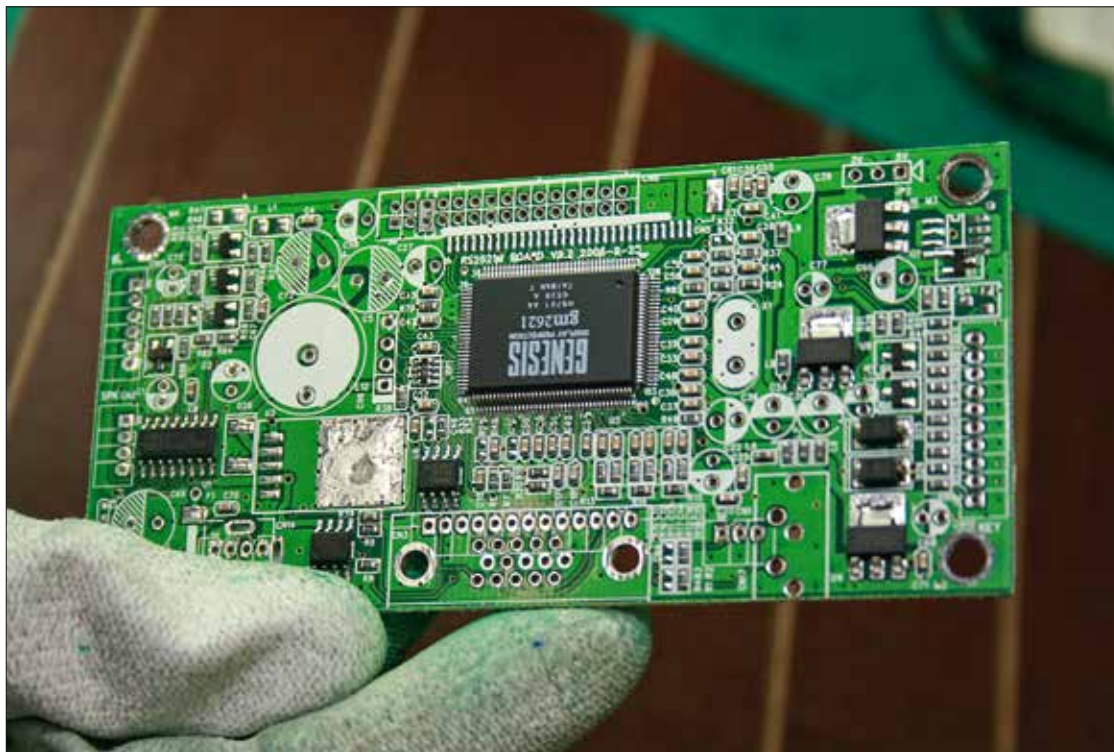
Avança estímulo a setor de semicondutores

Aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, projeto torna permanentes benefícios tributários concedidos à produção de componentes eletrônicos e outros insumos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto (PLC 21/2015) que torna permanentes os benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis). O programa terminou em 31 de maio de 2015.

O projeto, do ex-deputado William Woo, também estende esses benefícios à fabricação de cartões inteligentes, displays para smartphones e tablets e para as matérias-primas usadas na fabricação de outros componentes desses aparelhos. O texto já havia passado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Com a aprovação nas duas comissões, seguirá para o Plenário.

Na CAE, o relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), não apresentou emendas. Ele lembrou que, em 2014, conforme o Ministério do Desenvolvimento, a exportação de produtos de alta intensidade tecnológica foi responsável por somente 7% do total exportado pelos setores industriais no país. “Isso



Proposta visa desenvolvimento da indústria brasileira de tecnologia, que precisa de incentivos, de acordo com o relator

pede atuação de médio e longo prazos do Estado no sentido de incentivar o desenvolvimento do setor”, afirmou.

O PLC 21/2015 altera a Lei 11.484/2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual

das topografias de circuitos integrados, instituindo o Padis e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD). A lei zera as alíquotas do PIS-Pasep, da Cofins, do PIS-Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) incidentes na compra de aparelhos, instrumentos e equipamentos usados na fabricação desses dispositivos.

Quanto à isenção tributária concedida pela lei à venda dos produtos finais fabricados, o texto inclui os serviços associados a eles e revoga restrições para o alcance da isenção de PIS-Pasep, Cofins e IPI. Atual-

mente, no caso dos displays, por exemplo, a isenção para venda ocorre somente se o desenho e os principais componentes são feitos no Brasil.

Importação

O texto aprovado pela CCT permite ainda a importação do circuito integrado, de dispositivos de memória e de cartões inteligentes que tenham passado por etapas de construção e testes no exterior após a concepção do circuito ter sido feita no Brasil.

No parecer pela aprovação do projeto, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que o Brasil tem quase 40 milhões de aparelhos, despontando como um dos principais mercados de smartphones do mundo, mas não tem indústria relevante de itens utilizados na fabricação desses produtos. “Contudo, esse imenso número de aparelhos, somado a tablets e computadores, representa um grande déficit na balança comercial brasileira relativo a componentes eletrônicos, já que o país não possui uma indústria relevante de diversos componentes”, destaca Flexa.

Projeto acelera pagamento de dívidas trabalhistas

Outro projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) torna mais rápida a cobrança das dívidas trabalhistas já reconhecidas pela Justiça do Trabalho. Estatísticas indicam que, de cada 100 trabalhadores que ganham a causa, só 30 em média conseguem receber o dinheiro.

O PLS 606/2011, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é assinado por Romero Jucá (PMDB-RR) e resultou de sugestão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O texto propõe novas regras para o cumprimento das sentenças e a execução dos títulos extrajudiciais, como os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação originários das comissões de conciliação prévia. A proposta procura trazer para o campo trabalhista os aprimoramentos dos processos regulados pelo Código de Processo Civil (CPC), que passou a contar com regras mais ágeis e efetivas.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recomendou a aprovação do projeto com emendas, que foi acolhido também pela relatora na CAE, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Um dos objetivos da proposta é reforçar a possibilidade de o juiz adotar, por iniciativa própria, as medidas necessárias ao cumprimento da sentença ou do título extrajudicial.

Fiscalização

O texto original também amplia a atual lista de títulos executivos extrajudiciais, mas a CCJ optou pela exclusão da maior parte dos itens. A comissão deixou fora, por exemplo, os termos de compromisso firmados pelo empregador com a fiscalização do trabalho.

O projeto estava em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas foi redistribuído para exame prévio na CCJ e na CAE em decorrência de requerimentos ao Plenário. Após pas-

sar pelas duas comissões, retornará à CAS, para decisão terminativa.

A proposta está sendo examinada em conjunto com outras duas proposições: o PLS 92/2012, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que dispensa os microempreendedores e as empresas de pequeno porte do depósito recursal para usar o recurso de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho, e o PLS 351/2012, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que altera regras de correção monetária e juros devidos nas causas trabalhistas.

O relatório de Vanessa Grazziotin sugere a rejeição dessas duas propostas, alegando, em relação ao projeto de Amorim, que o impacto poderia ser enorme, pois a maioria das empresas do país é de pequeno porte e não seria justo que tivessem um benefício processual exclusivo.

Sobre o segundo projeto, Vanessa argumentou que não seria conveniente mudar critérios de cálculo que já atendem satisfatoriamente as partes.

Artesanato de cristal de alta qualidade poderá ter isenção de imposto

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que prevê isenção, até 31 de dezembro de 2018, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre artesanatos feitos de cristal de chumbo — tipo de cristal de alta qualidade.

O parecer favorável é de Antonio Anastasia (PSDB-MG). A proposta (PLS 542/2013) segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Bauer, a isenção do IPI é essencial para que as empresas se mantenham competitivas. Anastasia concordou: “O segmento terá a oportunidade de se fortalecer competitivamente, de forma a manter economicamente viável a produção artesanal”, diz no relatório.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

A convocação de cinco executivos foi aprovada ontem em reunião da CPI que investiga denúncias de irregularidades em contas de brasileiros na filial suíça do banco

Diretores do HSBC vão depor sobre swissleaks

A CPI DO HSBC aprovou ontem a convocação de diretores do HSBC Participações para prestar esclarecimentos sobre o swissleaks. O caso envolve evasão de divisas e lavagem de dinheiro de clientes de vários países, incluindo brasileiros, que tiveram atendimento personalizado do banco na Suíça. Os convocados são Helena Freire McDonnell, Cesar Sasson, Paulo Sérgio de Góes, Luis Eduardo Alves de Assis e Alexandre Ibitinga de Barros.

O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), cobrou agilidade do co-

legiado, que não se reúne há mais de 50 dias para tomada de depoimentos. O grupo encerra os trabalhos em 19 de setembro, mas ainda não recebeu do Ministério Público da França a lista do swissleaks, tornada oficial pelo governo daquele país.

Em resposta a Randolfe, o presidente da CPI, Paulo Rocha (PT-PA), disse que vem conduzindo os trabalhos com cautela, enquanto aguarda o envio dos dados oficiais às autoridades brasileiras.

O senador disse que a comissão encaminhou 362 ofícios a

peças citadas pela imprensa como detentoras de contas no HSBC na Suíça. Desse total, 120 ainda têm prazo para responder e apenas outros 110 já responderam.

Do grupo que respondeu, 68 negaram a existência das contas, enquanto 23 reconheceram as movimentações e apresentaram certidões de regularidade. Outros sete já morreram, sete responderam que não tinham nada a declarar e cinco se negaram a prestar qualquer esclarecimento.

— Desses cinco, no mínimo, temos que quebrar os sigilos

bancário e fiscal e convocá-los aqui, senão a CPI se desmoraliza — cobrou Randolfe.

Para o relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a CPI precisa afirmar a autoridade, sob pena de perder o trabalho já feito.

— É preciso que o Ministério Público francês reconheça a legitimidade garantida [às CPIs] na Constituição. O Ministério Público não tem prazo para desenvolver as investigações, mas nós temos prazo até 19 de setembro. Se até lá não tivermos conseguido acesso, perderemos nossa utilidade.

Também foi aprovada ontem pela CPI a criação de grupo de trabalho a ser composto por servidores do Senado, da Receita Federal e da Polícia Federal, entre outros órgãos, para auxiliar as investigações.

A CPI vai pedir ao Ministério da Justiça cópia do processo de investigação conduzido pelo Ministério Público da Suíça em relação ao HSBC Private Bank. Além disso, a comissão quer o compartilhamento de informações remetidas pelo Ministério da Justiça da França ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.



O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (E), e o relator, Ricardo Ferraço (D), cobraram agilidade do colegiado, presidido por Paulo Rocha (C): prazo de funcionamento do grupo termina em setembro

CPI do Carf vai convocar empresários e ex-conselheiros

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou ontem a convocação de ex-conselheiros do órgão supostamente envolvidos no esquema de corrupção investigado pela Operação Zelotes, da Polícia Federal. São eles: Adriana Oliveira Ribeiro, Jorge Victor Rodrigues, Meigan

Sack Rodrigues e Jorge Celso Freire da Silva. Edson Pereira Rodrigues, ex-presidente do Carf, Lutero Fernandes do Nascimento, ex-assessor do órgão, e Gegliane Maria Bessa Pinto, funcionária da empresa J.R. Silva Advogados Associados, também fazem parte da lista.

Além deles, serão convocados o presidente da Anfavea, Luiz Moan Yabiku Junior, e

gestores da Ford e da Mitsubishi, empresas que teriam pago propina para manipular julgamentos internos do Ministério da Fazenda.

Também foi aprovada convocação do vice-presidente do Banco Santander, Marcos Madureira, e do presidente do Grupo RBS, Eduardo Sirotsky Melzer. As empresas também são citadas como possíveis participantes do esquema.

A CPI aprovou ainda requerimento para ter acesso a declarações de Imposto de Renda de Leonardo Manzan, ex-conselheiro do Carf. Também vai requerer à Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), da Receita Federal, cópia digitalizada de qualquer processo informando o órgão sobre suspeitas de manipulação de julgamentos do Carf. Em

18 de junho, o ex-conselheiro Nelson Mallmann afirmou à CPI que a Copei recebeu em outubro de 2013 um relatório com denúncias de irregularidades no Carf.

— Será de extrema valia obter cópia desse documento e de qualquer procedimento que tenha sido instaurado em função dele — justificou o presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Ataídes Oliveira aponta prisão de empresários

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que, apesar da crise econômica e política, um fio de esperança indica que o Brasil pode estar superando um problema que existe desde o início da história: a crise moral.

Segundo o senador, nos últimos meses, a Justiça, na figura do juiz Sergio Moro, tem sinalizado que a era da impunidade está acabando, já que, há poucos dias, o país pôde presenciar algo que até bem pouco tempo seria inimaginável: a prisão dos presidentes das duas maiores construtoras do país, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Viana lê nota de solidariedade ao ex-presidente Lula

Jorge Viana (PT-AC) leu em Plenário uma nota dos senadores do PT em solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais cedo, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) havia feito um discurso com duras críticas a Lula, que seria o grande culpado pela crise econômica e social do Brasil.

Os petistas afirmam que Lula é “uma das raras e fantásticas lideranças” que ultrapassam sua classe social e atingem todos os segmentos da sociedade. Os senadores acrescentam que Lula foi um presidente que não deveria ter feito um bom governo, mas que deixou a Presidência da República com os maiores índices de aprovação popular da história.

Aloysio Nunes elogia chanceler brasileiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), elogiou a gestão de Mauro Vieira no Ministério das Relações Exteriores.

O senador destacou avanços na condução da política externa brasileira, como a preparação da visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, entre outros.

— E que o Brasil possa fazer valer o seu peso diplomático inegável para que as eleições na Venezuela se concretizem dentro de um clima de liberdade, de transparência, sem presos políticos, sem censura, sem repressão — disse.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Blairo diz que Senado sofre com burocracia

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou ontem que o Senado sofre com burocracia e papelada. Ele pediu que o presidente, Renan Calheiros, e os diretores da Casa se empenhem na simplificação da burocracia.

Blairo contou que o Senado está lhe pedindo identidade, CPF, comprovante de residência, título de eleitor e foto 3X4 para que ele possa fazer determinado procedimento.

— A burocracia consome nosso país. O que está acontecendo no Senado acontece no Brasil, é a burocracia se realimentando. Acho o fim da picada. Eu não vou atrás de título de eleitor coisa nenhuma, o Senado tem de ter isso aqui arquivado. Vamos parar com essas brincadeiras — afirmou.

Crivella: escolas não devem discutir ideologia

Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou a discussão da ideologia de gênero nas escolas.

O senador disse que o pai e mãe são os responsáveis pela transmissão dos princípios e valores, cabendo aos professores o ensino e o preparo para a vida profissional.

Nesse sentido, Crivella criticou o ensino religioso nas escolas, mas lembrou que é da tradição cristã a defesa da família com os estereótipos dos gêneros masculino e feminino.

— Essas coisas têm valor sagrado, são caras a nós, cujas tradições, princípios e valores são os da família.



Diego Góes

Aprovada autorização para ensino federalizado

Proposta de Cristovam Buarque, que agora vai para a Câmara dos Deputados, autoriza o governo a tornar federais as escolas municipais e estaduais de educação básica

O PROJETO DE Lei do Senado (PLS) 320/2008, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta vai para a Câmara dos Deputados.

— Esse é um debate necessário de ser travado com o Poder Executivo. Temos a possibilidade de construir a educação com escolas igualitárias, de não termos escolas no Maranhão ou no Piauí diferentes das que temos em São Paulo ou no Rio de Janeiro — afirmou o relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Para afastar o risco de a proposta ser vetada pelo governo, Randolfe optou por manter uma emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que confere caráter autorizativo ao dispositivo de criação da carreira nacional do magistério.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acredita que essa emenda pode resolver a questão da inconstitucionalidade, mas não livra o PLS 320/2008 de injuridicidade.

— A injuridicidade é incontornável. Ele [o Poder Executivo] não carece de nossa autorização [para criar a carreira nacional do magistério]. Uma lei ordinária não pode dar ao Executivo o que ele já tem e que utiliza ou não segundo a sua discricionariedade — argumentou o senador, que admitiu respeitar a proposta de Cristovam, mas decidiu votar contra por também rejeitá-la “no mérito”.

Carta

Na tentativa de obter apoio, Cristovam tratou de enviar uma carta a cada membro da CE com ponderações em defesa do PLS 320/2008.

— Não se trata de federalização, mas de adoção de escolas [estaduais, distritais e municipais] pelo governo federal. O Legislativo tem que provocar o governo a se manifestar sobre o assunto. O piso salarial [nacional dos professores da



Cristovam, autor do projeto, cumprimenta Ana Amélia, que presidiu a sessão

educação básica] saiu daqui e o governo aceitou — disse o senador.

Na avaliação de Lasier Martins (PDT-RS), o projeto e a carta de Cristovam são “um libelo contra a educação que nós vivemos”:

— No Brasil, a escola é o berço da desigualdade. Há escolas públicas em municípios tão pobres que o custo anual de cada aluno é pouco maior que R\$ 2,5 mil. Já outras escolas

públicas chegam a gastar R\$ 16 mil ao ano por aluno. Está na hora de provocar o governo a atacar essa imoralidade.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião da CE, registrou apoio ao PLS 320/2008 não só pela condição de “municipalista”, mas também por considerar que a melhoria do ensino brasileiro “é um debate necessário ao país”.

Apesar de avaliar a proposta de Cristovam como um “passo

tímido”, Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse ver nele “a força de ser um exemplo e de estimular o debate [por parte do Executivo] na área”.

Gladson Cameli (PP-AC), Telmário Mota (PDT-RR), Simone Tebet (PMDB-MS), Hélio José (PSD-DF), Wilder Moraes (DEM-GO), Dalírio Beber (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) também manifestaram apoio ao PLS 320/2008 e destacaram a oportunidade de abrir o debate sobre a federalização da educação básica e a criação da carreira nacional do magistério no momento em que o governo federal levanta a bandeira do lema “Pátria educadora”.

Ao final da reunião, a CE aprovou um requerimento do presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), para que a CCJ se manifeste sobre a constitucionalidade de projetos de lei de natureza autorizativa, como o PLS 320/2008. Enquanto a CCJ não liberar um parecer sobre o assunto, a CE deverá suspender a votação de todas as propostas autorizativas em tramitação na comissão.

Aluno expulso por atividade política pode ser anistiado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em decisão final, projeto de lei do Senado (PLS 378/2012) que anistia alunos excluídos de instituições federais de ensino superior em decorrência de abandono, jubramento ou expulsão por atividade política. A proposta recebeu parecer

favorável do relator, Lasier Martins (PDT-RS), e, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, será enviada à Câmara.

O PLS 378/2012, do ex-senador Inácio Arruda, estabelece que os candidatos à anistia devem ter ingressado na instituição federal por meio

de exame seletivo regular, em qualquer época, e precisam manifestar interesse em retomar os estudos. Determina ainda que os alunos não poderão ter concluído curso de nível equivalente, até o prazo de três anos, a contar da publicação da lei.

Outra previsão é de que,

no prazo de três anos, as instituições de ensino deverão reservar vagas para o ingresso dos estudantes anistiados. Por fim, permite o remanejamento do aluno para instituição ou curso diverso daquele em que o estudante tenha sido originalmente aprovado, desde que haja disponibilidade de vagas.

“As normas estabelecidas nos parecem adequadas e serão complementadas por regulamento, que por certo deixará claros os critérios para se determinar o conceito de atividade política e em que medida o afastamento do estudante pode dela haver decorrido”, observa o relator.

Cristovam registra aprovação de texto dele em comissão

Cristovam Buarque (PDT-DF) agradeceu ontem a aprovação na Comissão de Educação (CE) do Projeto de Lei do Senado 320/2008, de autoria dele, que autoriza o governo a federalizar educação básica. Se não houver recurso para Plenário, a proposta seguirá para análise final da Câmara. O senador afirmou que o projeto é uma saída para mudar o sistema educacional vigente hoje no país que, em sua avaliação, “é insano e imoral”.

— O futuro do país tem a cara da escola do presente. Uma escola degradada, com professores descontentes, crianças sem aprender, significa um futuro feio para o país. Essa é uma lógica perfeita, uma constatação. Temos de saber qual futuro queremos para o nosso país — declarou.

Vanessa: projeto sobre Petrobras tira verbas do SUS

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) lamentou que os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, defendam o projeto que tira da Petrobras a condição de operadora exclusiva da exploração do petróleo da camada pré-sal e a obrigação de ter participação mínima de 30% nos consórcios do pré-sal.

Para a senadora, o apoio é equivocado, principalmente porque, ao defender o projeto, os governadores acabam por apoiar o fim do regime de partilha e a redução de valores que devem ser repassados para educação e saúde, previstos na lei que regula a exploração do petróleo do pré-sal.

Alvaro Dias lamenta greve na Justiça Federal

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação de projeto que reajusta os salários dos servidores da Justiça Federal, que estão sem aumento desde 2006.

Segundo o senador, a defasagem salarial da categoria é de 49%, já descontado o reajuste de 15% concedido a todos os servidores públicos da União.

O projeto deveria ter sido votado no começo de junho, mas o governo pediu um prazo para apresentar outra proposta.

— Não são os servidores da Justiça Federal os responsáveis pela seleção de crises que há no país. Se há um grande responsável, este é o governo.

Beber quer mais infraestrutura em Santa Catarina

Dalírio Beber (PSDB-SC) pediu a atenção do governo federal para a necessidade de mais investimentos em infraestrutura em Santa Catarina, como a duplicação de rodovias federais que ligam centros produtores a portos e a melhoria dos aeroportos.

Embora o estado tenha economia diversificada, potencial turístico e grande parque industrial, disse o senador, são necessários mais recursos para o aperfeiçoamento da infraestrutura.

— A falta de investimentos em infraestrutura tem elevado os custos da produção catarinense, por vezes tirando-lhe a condição de competir com a produção de outros centros.

Gladson pede ao Dnit que recupere estradas no Acre

Gladson Cameli (PP-AC) pediu ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a recuperação do trecho da BR-317 que vai de Xapuri a Assis Brasil e do trecho da BR-364 que liga Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, no Acre.

Gladson comemorou a assinatura da liberação de R\$ 30 milhões para obras de mobilidade urbana em Rio Branco e pediu ao governo atenção aos municípios atingidos pela última cheia no estado:

— Peço a nossa presidenta da República que olhe com carinho para o plano de recuperação dos municípios atingidos pelas cheias do Rio Acre.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado